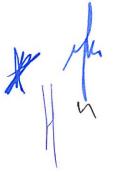


Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2014





INDICE

01. RELATÓRIO DE GESTÃO	2
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	11
03. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	16
04. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	38

A H

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas do Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

01. | RELATÓRIO DE GESTÃO



ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Município de Campo Maior, por contrato celebrado a 20 de Outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos

previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de Euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os seis primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6.5 milhões de Euros.

Este ano ficou marcado pela execução do projecto da Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Campo Maior, rubrica de referência na actividade corrente da Aquamaior, o mesmo apresentava no final do ano de 2014 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:



Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos totalmente executadas no final do ano de 2014 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;





- Mh

D.4

- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para detecção e controlo de fugas;
- Projecto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano director sobre as infra-estruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos,
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores.

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

Renovação de 100% do Parque de Contadores

Durante o ano de 2014 foram trocados 235 contadores, tendo sido trocados um total de 3497. A tarefa de troca de contadores começa agora a ser cada vez mais complicada pois a maioria dos contadores a aguardar a troca, encontram-se no interior das habitações.

Melhorias Fora do Plano de Investimento

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento, e realizadas durante o ano de 2014 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2014 foram realizadas quatro operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com inúmeras acções pontuais que resultaram de reclamações.

Intervenções rede de abastecimento

Em 2014 para alem dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento foram executados varias reparações e melhoramento da rede, entre os quais podemos destacar os seguintes:

- Reparação de varias hastes e cabeças moveis de válvulas de seccionamento.
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Ouguela e Campo Maior.
- Instaladas válvulas redutoras de pressão na linha de Ouguela.
- Substituição de varias bocas de incêndio na fachada.
- Extensão da conduta da AV. CALOUSTE GULBENKIAN até ás habitações de Sº Pedro, instalação de ramais e válvulas de seccionamento.
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos.
- Desvio da conduta do centro escolar, instalação de saídas dos ramais para futuras urbanizações.
- Substituição dos contadores dos grandes consumidores.
- Renovação da rede no largo dos Carvajais, incluindo bocas de rega e pontos de água.
- Reforço de ramais em varias habitações com falta de pressão (ex: 1ramal para 3 habitações)
- Mudanças de localização de contadores para fachadas.







Aspectos Técnicos

Qualidade da Agua Distribuida

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efectuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012. Este

programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2011 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada aumentou cerca de -12% em relação a 2013. A descida dos m3 de água comprada estão relacionadas com o menor número de roturas graves e aumento do rendimento hidráulico.

Volume facturado por tipo de utilizador

O volume faturado por cada tipo de utilizador diminuiu, na generalidade, do ano 2013 para 2014. Ainda assim, assistiu-se a uma aumento de 5% nos volumes faturados aos utilizadores não domésticos.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de Dezembro de 2014 é o seguinte:

	Instalação de um Sistema de Telegestão	178,500.00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8,925.00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59,500.00
Plano de Investimentos	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4,760.00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14,875.00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220,036.00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71,400.00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35,700.00
	Projecto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35,700.00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior Ouguela	65,013.99
	Plano Director sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17,850.00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1,244,409.40
	Sub-total	1,956,669.39
	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1,147,425.00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20,457.28
Outras Actuações Projectadas	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94,828.26
no Plano de Investimentos	Adução ao Bairro da Misericórdia	51,632.66
	Abastecimento de Água da Meia Légua	90,807.91
	Sub-total	1,405,151.11
	Total	3,361,820.50



X

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu accionista, a Aquamaior apresentou e mantêm até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2014 de 8 pessoas, o mesmo número que em 2013.



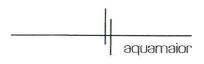
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquamaior no ano de 2014, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.195 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.



XX XX

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 6,95% (de 1.284.326,24 Euros em 2013 para 1.195.187,03 Euros em 2014), tendo, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11 contribuído para essa diminuição, dado a sua contribuição para o volume de negócios do período ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2014 de 1.314.106,69 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.498.410,48 Euros, representa um decréscimo de 12,30%. Este valor excluiu o impacto do imposto do exercício.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 346.044,26 Euros, representando cerca de 26,33% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 399.408,74 Euros, representando então cerca de 26.66% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de menos 13,36%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 472.849,29 Euros, representando cerca de 35,98% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 487,862.44 Euros, representando então cerca de 32,56% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -3,08%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 113.181,87 Euros, representando cerca de 8,61% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 111.664,65 Euros, representando então cerca de 7,45% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 1,36%.

Em 2014 o valor das perdas por imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 16.735,27 Euros. Comparativamente com o exercício anterior verifica-se uma diminuição desta rubrica na ordem dos 16.500.00 Euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2014 cerca de 17.073,27 Euros (1,32% do total dos gastos do período), tendo registado em 2013 cerca de 8.984,37 Euros (0,60% do total dos gastos do período). O aumento ntre exercícios da rubrica outros gastos e perdas deve-se essencialmente, à subida em cerca de 8.500,00 Euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 145.964,91 Euros, para o período em análise, face a 146.006,79 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 11,11% e 9,74%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior, registou no ano de 2014 cerca de 147.705,07 Euros (equivalente a 11,24% do total dos gastos do exercício), tendo no ano anterior registado o montante de 147.074,04 Euros (equivalente a 9,82% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2014 de 1.199.132,49 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.461.668,64 Euros, representa um decréscimo de 17,96%.



M

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2014 cerca de 1.195.187,03 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um decréscimo de 6,94% face ao valor de 1.284.326,24 Euros.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, registou 3.945,46 Euros. A mesma rubrica, registava em 2013 o valor de 5.179,05 Euros.

Tal como em 2013, não foram registados durante o exercício de 2014 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido negativo do exercício, que ascende a 114.974,20 Euros, representa um substancial decréscimo face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou positivo em 31.741,89 Euros.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 233.248,53 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um ligeiro decréscimo de 9% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um decréscimo, situando-se no final de 2014 em 87.283,62 Euros.

	Ano 2014	Ano 2013
Rentabilidade do activo total	(2,98%)	0,91%
Rentabilidade dos capitais próprios	649,95%	25,34%
Rentabilidade das vendas	(9,62%)	2,18%
EBITDA	233.248,53	256.338,99
ЕВІТ	87.283,62	110.332,20

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, as principais rubricas, activo, capital próprio e passivo demonstram uma variação significativa.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 3.997.667,25 Euros em 2013 para 3.863.288,85 Euros em 2014.

Em termos desagregados, os capitais próprios diminuiram de 125.256,33 Euros em 2013 para -17.689,62 Euros em 2014, tendo o passivo aumentado de 3.872.410,92 Euros em 2013 para 3.877.212,85 Euros.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2014, em termos percentuais, um ligeiro decréscimo dos mesmos face ao ano de 2013:

8.q





	Ano 2014	Ano 2013
Capitais próprios	(17.689,62)	125.256,33
Passivo total	3.877.212,85	3.872.410,92
Passivo corrente	3.207.213,35	3.202.411,42
Activo total	3.859.523,23	3.997.667,25
A utonomia financeira (Capitais próprios/A ctivo total)	(0,46%)	3,13%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	(0,46%)	3,23%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	100,46%	96,87%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	82,72%	82,70%



*

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior deu início ao seu mandato para o triénio 2014-2016 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquamaior está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquamaior com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.





PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do período, que ascendeu a 114.974,20 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 114.974,20 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, aos 31 de Março de 2015

D.10

Luis Francisco de/Lope Alonso

Presidente

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Isidoro António Marbán Fernández

Vogal

Artur António Baptista Vidal

Vogal









BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária EUROS							
		NOTAS	2014	2013 (reexpresso)			
ACTIVO							
Activo não corrente							
A ctivos fixos tangiveis		3.2, 3.4 ; 6	30.518,93	42.089,80			
A ctivos intangiveis		3.1;3.3;6	3.113.504,60	3.247.898,64			
A ctivos por impostos diferidos		7	119.519,73	170.306,86			
	s u b -to tal		3.263.543,26	3.460.295,30			
Activo corrente			•				
Inventários		3.6	27.957,80	28.368,83			
Clientes		3.8;9	222.285,58	249.497,86			
A diantamentos a fornecedores			1.889,90	399,02			
Estado e outros entes públicos		8	35.205,90	17.114,85			
Outras contas a receber		3.8;9	113.793,75	109.908,16			
Diferimentos		10	2.058,94	4.664,59			
Caixa e depósitos bancários		3.8;4	192.788,10	127.418,64			
	sub-total		595.979,97	537.371,95			
Total	do activo		3.859.523,23	3.997.667,25			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
Desited and anim							
Capital próprio		27.14	50,000,00	50,000,00			
Capital realizado		3.7; 14	50.000,00	50.000,00			
Outros instrumentos de capital próprio		3.7; 14	675.000,00	675.000,00			
Reserva legal Resultados transitados		3.7, 14	5.554,55	3.967,45			
Resultados transitados Resultado liquido do exercício		3.7, 14	(633.269,97)	(635.453,01)			
Total do capita	Incóncia		(114.974,20) (17.689,62)	31.741,89			
Passivo	гртортто		(17.005,02)	125.256,33			
Passivo não corrente							
Provisões		3.11; 6	669.999,50	669.999,50			
Financiamentos obtidos		12	1.912.500,00	0,00			
	s u b -to tal	12	2.582.499,50	669.999,50			
Passivo corrente	500 (5(0)		2.002.400,00	000.000,00			
Fornecedores		13	45.066,98	154.737,33			
A diantamentos de clientes		3.8	3.174,82	0,00			
Estado e outros entes públicos		8	6.256,89	31.410,88			
Accionistas		11	650.000,00	650.000,00			
Financiamentos obtidos		12	62.500,00	1.972.703.10			
Outras contas a pagar		3.7;13	527.714,66	393.560,11			
	sub-total	and the	1.294.713,35	3.202.411,42			
Total do		100000	3.877.212,85	3.872.410,92			
Total do capital proprio e do	The state of the s		3.859.523,23	3.997.667,25			
CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF		100 TO 100 TO 100 TO 100	W. Collins	Water Commence of the Commence			

O anexo faz parte integrante do balanço em 31de Dezembro de 2014









DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade mo netária EUROS

RENDIM ENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
V endas e serviços prestados	3.9;15	1 195 187,03	1 456 489.59
Custo das mercadorias vendidas e das materias consumidas	16	(346.044,26)	(399 408.74)
Fornecimentos e serviços externos	17	(472.849.29)	(660.025,79)
Gastos com o pessoal	18	(113.181,87)	(111 664,65)
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	9	(16.735.27)	(25 246,10)
Outros rendimentos e ganhos	19	3.945.46	5 179,05
Outros gastos e perdas	20	(17.073.27)	(8.984,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		233.248,53	256.338,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(145.964,91)	(146.006.79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87.283,62	110.332,20
Juros e gastos similares suportados	22	(147.705.07)	(147.074.04)
Resultado antes de impostos		(60.421,45)	(36.741,84)
Imposto sobre o rendimento do período	23	(54.552,75)	68.483,73
Resultado liquido do período		(114.974,20)	31.741,89

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercicio findo em 31de Dezembro de 2014



A P



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária EUROS

RUBRICAS	2014	2013
uxos de caixa das actividades operacionais		
ecebimentos de clientes	1 003 010,84	1 268 201,23
agamentos a fornecedores	(736.972.94)	(886 788.51)
ogamentos ao pessoal	(113 197,20)	(119 682,35)
agamenta/recebimento do imposto sobre o rendimento	(51 592,19)	(8 889.27)
utros recebimentos/pagamentos	172 790,16	(8 936,53)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	274.038,67	243.904,57
uxos de caixa das actividades de investímento		
egamentos respeitantes a		
A ctivos intangíveis	(39 761,04)	(241 670,92)
ecebimentos provenientes de		
A ctivos fixos tangiveis	0,00	(2.154,50)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(39.761,04)	(243.825,42)
uxos de caixa das actividades de financiam ento		
cebimentos provenientes de		
Financiamentos obtidos	2.296,90	94 497,33
gamentos respeitantes a		
Juros e gastos similares	(171 205,07)	(126 574,04)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(168.908,17)	(32.076,71)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	65.369,46	(31.997,56)
Caixa e seus equivalentes no início do período	127.418,64	159.416,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	192.788,10	127.418,64

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31de Dezembro de 2014



Aquamaior



DEVENSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PROPRIO EV 31 DE DEZEVBRO DE 2014

Inidade monetána EUROS

						Omdade m	unerane Londo
M.O.VIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no mídio do exercício		50 000 00	675 000,00	3 967 45	(605 453 01)	31 741 89	125 256 33
A plicação do resultado	14			1 587 10	30 154 79	(31 741 89)	
Dutas alterações no capital proprie					(27 971.75)		(27 971 75
Total dos aum entos dim invições directos no capital próprio		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)		97.284,58
Resultado líquido do exercicio						(114 974 26)	(114 974 20
Posição no fim do exercício		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)	(114.974,20)	(17.689,62)
14. On us admittade on on funde de dimensia e audémand de solete e au en builde de	d						

DEVCNSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PROPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetána (1)

M OY IM ENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50 000 00	675 000.00	3 967 45	(546 712 40)	(88 740 61)	93 514 44
A umentos /diminuições de reservas por aplicação dos resultados	14				(88 740 61)	88 740 61	
Total dos aumentos Alm inuições directos no capital próprio		50.000,00	675.000,00	3.967,45	(635 453,01)		93.514,44
Resultado liquido de exercício						31 741 89	31 741 89
Posição no fim do exercício		50.000,00	675.000,00	3.967,45	(635.453,01)	31.741,89	125.256,33

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital proprio do exercício findo em 31de Dezembro de 2014





M

Mar

p.17

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por "Aquamaior" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, incluindo esta actividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador — ERSAR — nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 — Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).







And North

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contractualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 4.031 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível. Tratandose de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 — Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço — o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 — Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 — Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 · Instalações	10 anos
Grupo 3 · Maquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 Elementos diversos	3 a 8 anos





1

The same of the sa

*

p.19

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível, o activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4 IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os activos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.







my my

3.5 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CADITAL DEÓDEIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do





A

#

p.21

CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.⁹ 213 do CSC).

3.8. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes:
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Diferimentos;
- Accionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.





the

1

p.22

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significactivos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significactivos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 REDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.







The state of the s

3.11 PRUVISUES, ACTIVUS E PASSIVUS

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

p.23

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3 13 GESTAO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.





3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

p.24

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 era:

	A PROPERTY OF THE PARTY OF THE	Ano 2014	Ano 2013
Caixa		2.844,69	2.500,00
Depósitos à ordem			
Banco Santander Totta		128.000,49	48.345,44
Caixa Geral de Depósitos		61.942,92	76.573,20
	Total	192.788,10	127.418,64

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas. No entanto, foram identificados erros materiais relativamente a exercícios anteriores, respeitantes, essencialmente, a activos intangíveis, os quais foram corrigidos, pelo que as demonstrações financeiras daquela data foram reexpressas. A correcção efectuada consistiu no registo contabilístico do activo relativo a um conjunto de investimentos a que a Empresa se encontra obrigada no âmbito do contrato de concessão e da correspondente responsabilidade no passivo. Esta situação não afecta os capitais próprios, uma vez que a Empresa já vinha a especializar a amortização daquelas despesas no período da concessão.







Os efeitos da reexpressão no balanço em 1 de janeiro de 2013 foram os seguintes:

11	nid	ahe	ma	no	tána	FI	ID	\cap

Unidade monetána EU				
	01.01.2013	A justam entos	01.01.2013 (reexpresso)	
A C T I V O				
A ctivo não corrente				
Activos fixos tangiveis	51.547,97	0,00	51.547,97	
Activos intangíveis	2.691.708,94	690.583,82	3.382.292,76	
A ctivos por impostos diferidos	73.906,49	0,00	73.906,49	
s u b -to tal	2.817.163,40	690.583,82	3.507.747,22	
Activo corrente				
Inventários	27.753,99	0,00	27.753,99	
Clientes	317.466,22	0,00	317.466,22	
Estado e outros entes públicos	11.780,03	0,00	11.780,03	
Outras contas a receber	53.674,44	0,00	53.674,44	
Diferimentos	1.278,93	0,00	1.278,93	
Caixa e depósitos bancários	159.416,20	0,00	159.416,20	
s u b -to tal	571.369,81	0,00	571.369,81	
Total do activo	3.388.533,21	690.583,82	4.079.117,03	
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	50.000,00	0,00	50.000,00	
O utros instrumentos de capital próprio	675.000,00	0.00	675.000,00	
Reserva legal	3.967,45	0.00	3.967,45	
Resultados transitados	(546.712,40)	0,00	(546.712,40)	
Resultado liquido do exercício	(88.740,61)	0,00	(88.740,61)	
Total do capital próprio	93.514,44	0,00	93.514,44	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	0,00	842.162,85	842.162,85	
Outras contas a pagar	151.579,03	(151.579,03)	0.00	
s u b -to tal	151.579,03	690.583,82	842.162,85	
Passivo corrente				
Fornecedores	152.896,60	0,00	152.896,60	
Estado e outros entes públicos	8.298,65	0.00	8.298,65	
Accionistas	650.000,00	0,00	650.000,00	
Financiamentos obtidos	1.878.205,77	0,00	1.878.205,77	
Outras contas a pagar	454.038,72	0,00	454.038,72	
sub-total	3.143.439,74	0,00	3.143.439,74	
Total do passivo	3.295.018,77	690.583,82	3.985.602,59	
Total do capital proprio e do passivo	3.388.533,21	690.583,82	4.079.117,03	





Os efeitos da reexpressão nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 foram os seguintes:

I Inidado	monetá	ria EUROS

Unidade monetária EUROS					
	31.12.2013	A justamentos	31.12.2013		
	01.11.1010	n ja o tam o m to o	(reexpresso)		
A C T I V O					
Activo não corrente					
A ctivos fixos tangíveis	42.089,80	0.00	42.089,80		
A ctivos intangiveis	2.724.752,61	523.146,03	3.247.898,64		
A ctivos por impostos diferidos	170.306,86	0.00	170.306,86		
sub-total	2.937.149,27	523.146,03	3.460.295,30		
Activo corrente	2.007.140,27	020.240,00	0.400.200,00		
Inventários	28.368,83	0,00	28.368,83		
Clientes	249.497,86	0,00	249.497,86		
A diantamentos a fornecedores	399,02	0,00	399,02		
Estado e outros entes públicos	17.114,85	0.00	17.114,85		
Outras contas a receber	109.908,16	0,00	109.908,16		
Diferimentos	4.664,59	0,00	4.664,59		
Caixa e depósitos bancários	127,418,64	0.00	127.418,64		
sub-total	537.371,95	0,00	537.371,95		
Total do activo	3.474.521,22	523.146,03	3.997.667,25		
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO					
A section section is					
Capital próprio Capital realizado	50.000,00	0,00	50,000,00		
Outros instrumentos de capital próprio	675.000,00	0,00	50.000,00		
Reserva legal	3.967.45		675.000,00		
Resultados transitados	(635.453,01)	0,00	3.967,45		
Resultado liquido do exercício	31.741,89	0,00	(635.453,01) 31.741,89		
Total do capital próprio	125.256,33	0.00	125.256,33		
Passivo	120.200,00	0,00	125.250,33		
Passivo não corrente					
Provisões	0,00	669.999,50	669.999,50		
Outras contas a pagar	146.853,47	(146.853,47)	0,00		
sub-total	146.853,47	523.146,03	669.999,50		
Passivo corrente					
Fornecedores	154.737,33	0,00	154.737,33		
Estado e outros entes públicos	31.410,88	0,00	31.410,88		
Accionistas	650.000,00	0,00	650.000,00		
Financiamentos obtidos	1.972.703,10	0,00	1.972.703,10		
Outras contas a pagar	393.560,11	0,00	393.560,11		
sub-total	3.202.411,42	0,00	3.202.411,42		
Total do passivo	3.349.264,89	523.146,03	3.872.410,92		
Total do capital próprio e do passivo	3.474.521,22	523.146,03	3.997.667,25		



6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGIVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

A C T IV O BRUTO TANGÍV EL		Saldo em 31.12.2013	Aumentos	A bates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Activos fixos tangiveis					
Equipamento básico		87 200 70	0 00	0.00	87 200 70
Equipamento de transporte		1 575 86	0.00	0.00	1.575.86
Equipamento administrativo		21 377 02	0.00	0.00	21 377.02
	Total	110.153,58	0,00	0,00	110.153,58
DEPRECIA ÇÕES A CUM ULA DA S					
Activos fixos tangíveis					
Equipamento básico		51 890.22	8 720 07	0.00	60 610 29
Equipamento de transporte		1 575 87	0.00	0.00	1.575,87
Equipamento administrativo		14 597.69	2 850,80	0.00	17.448.49
	Total	68.063,78	11.570,87	0,00	79.634,65
	Saldo líquido	42.089,80	(11.570,87)	0,00	30.518,93

A CTIVO BRUTO TANGÍVEL		Saldo em 31.12.2012	Aumentos	A bates e alienações	Saldo em 31.12.2013
Activos fixos tangíveis					
Equipamento básico		87 200.70	0 00	0.00	87 200.70
Equipamento de transporte		1 575 86	0 00	0.00	1 575 86
Equipamento administrativo		19 222 52	2 154 50	0.00	21 377.02
	Total	107.999,08	2.154,50	0,00	110.153,58
DEPRECIA ÇÕES A CUM ULA DA S					
ctivos fixos tangiveis					
Equipamento básico		43 170 15	8 720 07	0.00	51.890.22
Equipamento de transporte		1 575 87	0.00	0.00	1 575 87
Equipamento administrativo		11.705.09	2 892 60	0,00	14.597.69
	Total	56.451,11	11.612,67	0,00	68.063,78
Saldo	líquido	51.547,97	(9.458,17)	0.00	42.089.80

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

A CTIVO BRUTO INTA NGÍVEL		Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
A ctivos intangiveis					
em Firme		4.031.820.00	0.00	0.00	4 031 820 00
	Total	4.031.820,00	0,00	0,00	4.031.820,00
A M O RTIZA ÇÕES A CUM ULADA S					
A ctivos intangiveis					
em Firme		783 921.36	134 394 04	0.00	918.315.40
	Total	783.921,36	134.394,04	0,00	918.315,40
	Saldo líquido	3.247.898,64	(134.394,04)	0,00	3.113.504,60



Mr.





A CTIVO BRUTO INTA NGÍVEL		Saldo em 31.12.2012 (reexpresso)	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)
A ctivos intangíveis					
em Firme		4 031 820,00	0.00	0.00	4 031 820.00
	Total	4.031.820,00	0,00	0,00	4.031.820,00
A M O RT IZA Ç Õ ES A C UM ULA DA S					
Activos intangiveis					
em Firme		649 527.24	134 394 12	0.00	783 921 36
	Total	649.527,24	134.394,12	0,00	783.921,36
	Saldo líquido	3.382.292,76	(134.394,12)	0,00	3.247.898,64

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, se encontra em falta efectuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de activos intangíveis).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	669.999,50	842.162.85
Diminuições (Nota 15)	0,00	(172.163,35)
Saldo final	669.999,50	669.999,50

p28

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2014		Ano 2013	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	A ctivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	170.306,86	0,00	73.906,49	0,00
Efe tos na demonstração de resultados				
A umento/(Redução) de ajustamentos não ace tes para e⁴e tos ±isca s (Nota 23)	(50 787.13)	0,00	96.400.37	0,00
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(50.787,13)	0,00	96.400,37	0,00
Saldo final	119.519,73	0,00	170,306,86	0.00

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 21%, acrescida de derrama.

Os activos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de activos intangíveis.





they have the same of the same

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

		Ano 2014	Ano 2013
A ctivo			
Imposto sobre o rendimento		34.671,86	14.761,94
Imposto sobre o valor acrescentado (IV A)		534,04	2.352,91
	Total	35.205,90	17.114,85
		Ano 2014	Ano 2013
Passivo			
Imposto sobre o rendimento		0,00	27.916,64
Retenção de impostos sobre o rendimento		621,90	749,92
Imposto sobre o valor acrescentado (IV A)		2.671,11	0,00
Contribuições para a segurança social		2.963,88	2.744,32
	Total	6.256,89	31.410,88

9.CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a receber aapresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Clientes		
Clientes C/C	233.905,51	272.000,30
Perdas por Imparidade A cumuladas	(11.619,93)	(22.502,44)
Tota	222.285,58	249.497,86

Perdas por imparidade:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

		Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial		(22.502,44)	(1.502,44)
Reforço		(41.799,21)	(25.246,10)
Reversão		25.063,94	3.708,58
Utilização		27.617,78	537,52
	Saldo final	(11.619,93)	(22.502,44)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

		Ano 2014	Ano 2013
Outras contas a receber			
Pessoal		1.113,72	1.113,72
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Estimativa de produção pendente de facturação (1)		111.310,03	107.424,44
Devedores e credores diversos		1.370,00	1.370,00
	Total	113.793,75	109.908,16

^(†) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas que respeitam ao desfasamento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumos efectuados



Aquamaior



Ale N

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

		Ano 2014	Ano 2013
Diferimentos			
Seguros		2.058,94	4.664,59
	Total	2.058,94	4.664,59

A

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	DAL PASSAGE	Ano 2014			Ann 2013	
SALDOS	Fornecedores (Note 13)	Accionistas	Outres contas a pagar (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Accionistas	Outras contas a pagar (Nota 13)
Aqualo Sestion Integral del Agua ISIA (Representação Permanente em Portugal)	0.00	0.00	98 485 19	D 00	0.03	138 247 23
Aqualia Sexton Integral del Agua ISIA (Delegação de Badajoz)	23 499 00	0.00	0.00	27 861 25	0.00	0.00
FCC A quala S.A. (Eelegação Madrid)	0.00	650 000 00	26 451 45	0.00	550 000 00	28 633 67
Total	23.499,00	650.000,00	124.937,64	27.861,25	650.000,00	166.880,90

p.30

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa efectuou as seguintes transacções com partes relacionadas:

		Ano 2014		Ano 2013	
TRANSACÇÕES		Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
A qua la Geston Integral de lA gua. S. A. (Delegação de Bada,oz.)		23 499.00	0,00	27 861,25	0,00
FCC Aquala S A (Delegação Madrd)		0.00	26 451 45	0.00	28 633 67
	Total	23.499,00	26.451,45	27.861,25	28.633,67





12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de financiamentos apresentava o seguinte detalhe:

		Ano 2014	Ano 2013
Passivo não corrente			
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras			
Empréstimos bancários		1.912.500,00	0,00
	Total	1.912.500,00	0,00
		Ano 2014	Ano 2013
Passivo corrente			
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras			
Empréstimos bancários		62.500,00	1.000.000,00
Descobertos bancários		0,00	972.703,10
	Total	62.500,00	1.972.703,10
			and the second second

Nota Em 31 de Dezembro de 2014 o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em Agosto de 2014 por um período de 81 meses o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4% O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25 000 Euros As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12 500 Euros
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50 000 Euros.
- A prestação a ocorrer no 8º mês corresponderá ao remanescente do capital em divida

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

		Ano 2014	Ano 2013
Fornecedores			
Partes relacionadas (Nota 11)		23.499,00	27.861,25
Fornecedores c/c		21.567,98	126.876,08
	Total	45.066,98	154.737,33
Olutras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		98.486,19	138.247,23
Credores por acréscimos de gastos		209.395,36	224.973,46
Devedores e credores diversos		219.833,11	30.339,42
	Total	527.714,66	393.560,11

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 124.937,64 Euros e 166.880,90 Euros, respectivamente (Nota 11).

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 acções com o valor nominal de 1 Euro cada





An N

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

#

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de Outubro 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 31.741,89 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.587,10 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 14 de Outubro de 2013, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 88.740,61 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresentava o seguinte detalhe:

	The state of the s	Ano 2014	Ano 2013
Vendas		441.258,45	517.144,16
Serviços prestados		753.928,58	767.182,08
Subcontratos (2) (Nota 6)		0,00	172.163,35
	Total	1.195.187,03	1.456.489,59

⁽²⁾ Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

		Ano 2014	Ano 2013
Matérias-primas			
Existências iniciais		28.368,83	27.753,99
Compras		345.633,23	400.023,58
Existências finais		27.957,80	28.368,83
	Total	346.044,26	399.408,74





yhu N

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é detalhada como se segue:

	STATE OF THE STATE	Ano 2014	Ano 2013
Subcontratos (2)		0,00	172.163,35
Serviços especializados		386.330,82	394.403,97
Materiais		4.963,92	5.254,09
Energia e fluidos		23.942,89	23.194,61
Deslocações, estadas e transportes		5.447,04	6.593,68
Serviços diversos		52 164,62	58.416,09
	Total	472.849,29	660.025,79

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção reparação e manutenção das infraestruturas tai como referido nas notas 2 e 3

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 23.499,00 Euros e 27.861,25 Euros, respectivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Remunerações	80.791.5	81.156.05
Encargos sociais	17,606,8	16.113,16
Seguros de acidentes de trabalho	999,0	1.393,35
Gastos de acção social (SHT)	5.177,7	4.630,96
Outros gastos com o pessoal	8,606,5	8.371,13
	Total 113.181,8	111.664,65

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de 8 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de2014 e 2013, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é detalhada como se segue:

		Ano 2014	Ano 2013
Regularização de saldos		2.749,72	3.708,58
Juros de mora cobrados		1.195,74	1.470,47
	Total	3.945,46	5.179,05



1



Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte composição:

		Ano 2014	Ano 2013
Impostos e taxas		12.416,74	4.452,90
Insuficiência da estimativa para impostos		2.746,73	0,00
Serviços bancários		1.557,02	4.162,04
Correcções relativas a períodos anteriores		244,51	289,43
Donativos		105,00	80,00
Multas e penalidades		3,27	0,00
	Total	17.073,27	8.984,37

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	SELECTION OF REPORT	Ano 2014	Ano 2013
Activos fixos tangíveis		11.570,87	11.612,67
A ctivos intangíveis		134 394,04	134 394,12
	Total	145.964,91	146.006,79

p.34

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

		Ano 2014	Ano 2013
Juros suportados			
Juros de financiamentos obtidos		147.705,07	147.074,04
	Total	147.705,07	147.074,04

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui transacções com partes relacionadas nos montantes de 26.451,45 Euros e 28.633,67 Euros, respectivamente (Nota 11).

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 23%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 24,5%.

Para o exercício de 2014, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue.

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros:
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.







Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

Para o exercício de 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

p.35

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme segue:







p.36

	Ano 2014	Ano 2013
Resultado antes de imposto	(60.421,45)	(64.658,48)
A mortização de investimentos reversíveis não aceites	134.394,00	195.623,21
Donativos	105,00	80,00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	0,00	27.916,64
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	3,27	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	244,51	289,43
Créditos incobráveis não aceites	41.799,21	0,00
Outros	3.611,90	8.984,37
A mortização de investimentos reversíveis aceites	(125.616,91)	175.219,47
Lucro tributável	(5.880,47)	343.454,64
Prejuízos reportados de anos anteriores · 2010	0,00	(134.952,20)
Prejuízos reportados de anos anteriores · 2012	0,00	(115.900,50)
M ateria colectável	(5.880,47)	92.601,94
Colecta	0,00	23.150,49
Pagamento especial por conta	0,00	3.907,44
Pagamento por conta	23.870,00	0,00
IRC a pagar ((recuperar)	(23.870,00)	19.243,05
Derrama	0,00	5.151,82
Tributações autónomas	3.765,63	1.995,20
Total a pagar /(recuperar)	(20.104,37)	26.390,07
Im posto do período	3.765,63	30.297,51
Imposto diferido activo (2741/8122) (Nota 7)	(50.787,13)	96.400,37
Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado	(54.552,75)	66.102,86

24. ACTIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existiam na Aquamaior activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela actividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa tem em Caixa e Equivalentes 192.788,10 Euros, tendo uma divida financeira de curto prazo no montante 62.500,00 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.912.500,00 Euros. Não obstante, os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinanciar ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em activos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de









acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objectivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das actividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer directamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Adicionalmente, para as presentes contas anuais consideraram-se os seguintes factores mitigantes de qualquer possível incerteza relativamente à aplicação do princípio da continuidade das operações:

Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa dispunha de crédito disponível no montante de 650.000,00
 Euros.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios são negativos em 17.690 Euros e o passivo corrente excede o activo corrente em, aproximadamente, 700.000 Euros.

Todos estes factores, juntamente com as directrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objectivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

p.37

26. LOCAÇÕES

26.1 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Foi celebrado contrato de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses. Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 27.190,10 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aquamaior





Deloitte & Associados, SROC S A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edificio Atrium Saldanha Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º 1050-094 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 3.859.523 Euros e capital próprio negativo de 17.690 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 114.974 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Deloitte

Página 2 de 2

Deloitte & Associados, SROC S A Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Ênfases

- 5. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa são negativos em 17.690 Euros, sendo aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, e o passivo corrente excede o ativo corrente em, aproximadamente, 700.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.
- 6. Conforme referido na Nota 5, a Empresa reexpressou as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 para correção de um erro na mensuração do ativo e passivo que decorrem das obrigações assumidas no contrato de concessão. Contudo, aquelas demonstrações financeiras, apresentadas para efeitos comparativos, não foram por nós examinadas. O âmbito e profundidade do nosso trabalho sobre aquelas demonstrações financeiras teve como único objetivo expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais

 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de junho de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado



Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º 1050-094 Lisboa Portugal

Tel +(351) 210 427 500 Fax +(351) 210 427 950 www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui duas ênfases, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos da opinião, tendo em consideração os parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas, que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de junho de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado